**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DO TRABALHO DA VARA DO TRABALHO DE {{new\_case.court}}**

**{{new\_case.client\_name}}**, brasileira, solteira, desempregada, inscrita no CPF sob o nº 161.281.864-16, com endereço na {{new\_case.client\_address}}**,** por intermédio das suas advogadas devidamente constituída (Procuração em anexo), vem com todo o respeito à Vossa Excelência propor

**RECLAMAÇÃO TRABALHISTA**

Em face de **POINT DA GALERA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 39.272.321/0001-80, com endereço na Av. Professor Genar Bezerril, 73C, Centro, Pedro Velho/RN, CEP: 59.196-000, telefone: 84 98171-8064 (Receita Federal) e 84 98152-2486 (Gilmar Teixeira, gerente e companheiro da proprietária); e sua proprietária **JOILMA ROBERTA LIMA DE OLIVEIRA,** brasileira, empresária, com endereço profissional na Av. Professor Genar Bezerril, 73C, Centro, Pedro Velho/RN, CEP: 59196-000, telefone: 84 98171-8064, pelos motivos fáticos e jurídicos a seguir expostos:

**1. DA JUSTIÇA GRATUITA**

A reclamante é pobre na forma da lei, não podendo arcar com as despesas do processo, razão pelo qual requer os benefícios da justiça gratuita prevista na lei 1060/50 e art. 790, §3º da CLT.

**2. DO CONTRATO DE TRABALHO**

**2.1. Período:** A reclamante começou a trabalhar em 11/10/2023, sem CTPS assinada. Foi dispensada em 15/06/2025. Recebeu R$ 200,00 de verbas rescisórias.

**2.2. Função:** A reclamante foi contratada para a função de auxiliar de cozinha, mas fazia a limpeza de todo o restaurante e ficava no caixa.

**2.3. Salário:**  Recebia R$ 800,00 por mês. Na maioria das vezes, pagava em mãos e algumas em pix. Não recebia vale transporte nem vale-alimentação.

A reclamada frequentemente atrasava salários, indicando que pagaria uma parte no começo do mês e a restante no final do mês.

**2.4. Jornada de Trabalho:** Cumpria jornada de trabalho de segunda a sábado, das 7h às 16h. Somente comia e voltava ao trabalho, o que durava somente 20 minutos. Trabalhava nos feriados, sem receber em dobro e sem compensação.

Quando não conseguia trabalhar no feriado, precisava trabalhar à noite, das 18h às 00h.

Nunca recebeu 13º salário, férias nem ⅓, INSS ou FGTS.

**3. DOS DIREITOS VIOLADOS:**

**3.1. Reconhecimento de vínculo empregatício:** A reclamante foi contratada pela reclamada em 11/10/2023 para exercer a função de auxiliar de cozinha, sem carteira assinada, recebendo como contraprestação o valor de R$ 800,00 (oitocentos reais) por mês.

Frisa-se que a obreira laborava para a reclamada de forma não eventual, obedecendo às ordens da empregadora. Trabalhava pessoalmente, sem se fazer substituir, de segunda a sábado, das 7h às 16h. Não gozava de 1 hora de intervalo porque somente comia e voltava ao trabalho, o que durava 20 minutos. Nunca tirou férias nem recebeu 13º salário. Nunca foi recolhido INSS e FGTS.

Os vídeos, fotos, conversas de WhatsApp e comprovantes de pix (feitos pelo companheiro da reclamada) ora anexados comprovam o vínculo empregatício.

Observa-se que todos os requisitos para a caracterização da relação de emprego, que constitui em vínculo empregatício, ocorreram durante o período contratual. Além disso, segundo a desembargadora Carmen Gonzalez:*“o contrato de trabalho deve ser observado sob a égide do princípio da primazia da realidade, em detrimento de artimanhas formais que visem a burlar direitos trabalhistas”.*

Logo, em aplicação da primazia da realidade, princípio fundamental do direito do trabalho, não há que se duvidar do direito ao reconhecimento do vínculo empregatício no período que trabalhou clandestinamente, qual seja 11/10/2023 a 15/06/2025, o que ora se requer, com a devida anotação na CTPS.

**3.2. Diferenças salariais quanto ao salário mínimo:** Consoante já informado, a reclamante recebia R$ 800,00 (oitocentos reais) por mês. Claramente, o cenário descrito atentou contra a dignidade da trabalhadora, já que a remuneração paga pelos serviços era muito menor do que o salário mínimo previsto constitucionalmente.

Nesse sentido, cumpre lembrar que a Constituição Federal determina o pagamento de salário mínimo mensal aos trabalhadores, com o objetivo de garantir que suas necessidades básicas sejam atendidas, consoante exposto em seu art. 7º, inciso IV. Veja-se:

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

Durante o período em que o reclamante prestou serviços para a reclamada, o salário mínimo vigente era:

| **VIGÊNCIA** | **VALOR** |
| --- | --- |
| a partir de 01.05.2023 | R$ 1.320,00 |
| a partir de 01.02.2024 | R$ 1.412,00 |
| a partir de 01.01.2025 | R$ 1.518,00 |

Logo, constata-se a existência de diferenças entre os valores do salário mínimo vigente e os meros R$ 800,00 (oitocentos reais) recebidos pela reclamante.

Por isso, requer o pagamento das diferenças salariais devidas, em respeito ao salário-mínimo não pago pela empregadora durante o contrato de trabalho.

**3.3. Horas extras:** Como visto anteriormente, a trabalhadora cumpria jornada de trabalho de segunda a sábado, das 7h às 16h. Não tinha 1 hora de intervalo porque somente comia e voltava ao trabalho, o que durava somente 20 minutos.

Isto é, a jornada de trabalho da autora ultrapassava o limite constitucional de 8h por dia e 44h por semana.

Por conseguinte, a reclamante deveria ter recebido horas extras, com o devido adicional, nos termos do art. 59, §1º, da CLT, o que nunca aconteceu, em óbvio desrespeito aos direitos trabalhistas da empregada.

Ante o cenário supradelineado, o reclamante requer o pagamento das horas extras laboradas, com o adicional de 50% sobre a hora normal e reflexos sobre repouso semanal remunerado (OJ 394 da SDI-1 do TST - nova redação), aviso prévio, 13º salários, férias acrescidas de 1/3, décimo terceiro salário, multa 40% sobre o FGTS.

**3.4. Intervalo intrajornada:** Frisa-se novamente que o intervalo intrajornada da reclamante era suprimido em cerca de 40min porque somente comia e voltava ao trabalho, o que durava somente 20 minutos.

Nesse sentido, a conduta da reclamada de  suprimir o intervalo intrajornada da obreira atinge seus direitos trabalhistas, haja vista a infringência a uma medida de proteção da saúde e segurança do trabalho, legalmente determinada.

          Diante do exposto, requer o ressarcimento, por dia, com acréscimo de 50%, relativo ao intervalo para repouso ou alimentação, não gozado, bem como a integração em (OJ 394 - nova redação): aviso prévio, férias vencidas e proporcionais, 13º salário, descanso semanal remunerado, feriados e os reflexos de tais incidências para os depósitos do FGTS+40%.

**3.5. Feriados trabalhados:** A reclamante trabalhava nos dias destinados aos feriados que caíam nos dias trabalhados, ou seja, de segunda a sábado, sem que houvesse qualquer cuidado por parte da empregadora de conceder pelo menos uma folga compensatória, como prevê a legislação.

Dessa forma, por ter trabalhado nos dias destinados ao repouso (Feriados), o labor deverá ser pago em dobro. Deve-se ainda observar que o valor dobrado não elide o pagamento do repouso (Súmula TST 146).

A reclamante trabalhou nos seguintes feriados:

**Feriados trabalhados 2023**

* 12/10/2023 - [Nossa Senhora Aparecida](https://www.feriados.com.br/feriados-nacionais/nossa-senhora-aparecida.php) (quinta-feira)
* 02/11/2023 - [Dia de Finados](https://www.feriados.com.br/feriados-nacionais/dia-de-finados.php) (quinta-feira)
* 09/11/2023 - Feriado Municipal (quinta-feira)
* 15/11/2023 - [Proclamação da República](https://www.feriados.com.br/feriados-nacionais/proclamacao-da-republica.php) (quarta-feira)
* 25/12/2024 - Natal (segunda-feira)

**Feriados trabalhados 2024:**

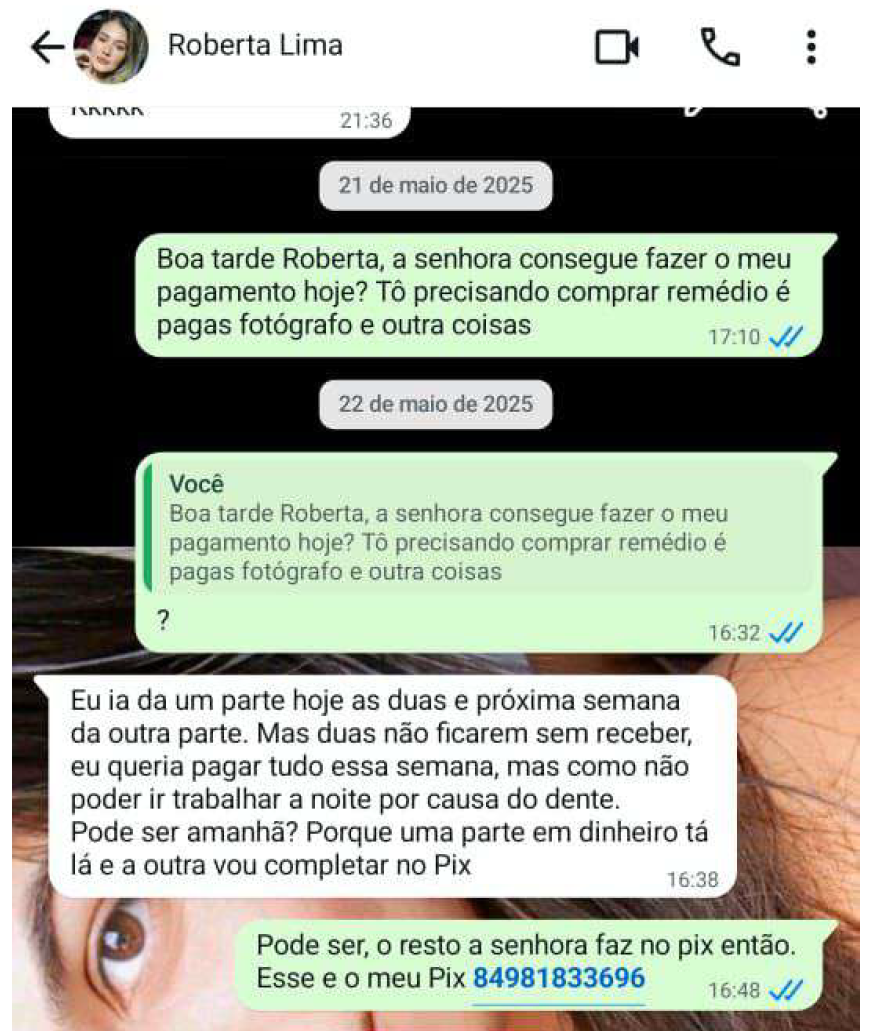
* 01/01/2024 - [Ano Novo](https://www.feriados.com.br/feriados-nacionais/ano-novo.php) (segunda-feira)
* 12/02/2024 - Carnaval (segunda-feira)
* 13/02/2024 - Carnaval (terça-feira)
* 29/03/2024 - Paixão de Cristo (sexta-feira)
* 21/04/2024 - Tiradentes (domingo)
* 01/05/2024 - [Dia do Trabalho](https://www.feriados.com.br/feriados-nacionais/dia-do-trabalho.php) (quarta-feira)
* 30/05/2024 - Corpus Christi (quinta-feira)
* 07/09/2024 - Independência do Brasil (sábado)
* 03/10/2024 - Mártires de Cunhaú e Uruaçu (quinta-feira)
* 12/10/2024 - Padroeira do Brasil (sábado)
* 02/11/2024 - Finados (sábado)
* 15/11/2024 - Proclamação da República (sexta-feira)
* 20/11/2024 - Consciência Negra (quarta-feira)
* 15/12/2024 - Natal (quarta-feira)

**Feriados trabalhados 2025:**

* 01/01/2025 - Confraternização Universal (quarta-feira);
* 03/03/2025 - Carnaval (segunda-feira)
* 04/03/2025 - Carnaval (terça-feira)
* 18/04/2025 - Paixão de Cristo (sexta-feira)
* 21/04/2025 - Tiradentes (segunda-feira)
* 01/05/2025 - Dia do Trabalhador (quinta-feira)

Dessa forma, a reclamada deve ser condenada ao pagamento dos feriados trabalhados durante todo o pacto laboral e seus reflexos no aviso prévio, 13º salários, férias + 1/3, FGTS mais multa de 40% e repouso semanal remunerado.

**3.6. Indenização por atraso nos salários:** como já dito ao longo da inicial, a reclamante recebia R$ 800,00 (oitocentos reais) pelo serviço prestado, que normalmente era pago em espécie. A empresa frequentemente atrasava salários, indicando que pagaria metade no começo do mês e metade ao final, como se vê pelas conversas e vídeos anexados aos autos:





Pelas mensagens, é possível verificar que a reclamante precisava cobrar os pagamentos para que a reclamada procedesse com a quitação dos valores devidos. A situação afetou consideravelmente a dignidade da trabalhadora, que tinha obrigações e contas a pagar:



Nesse sentido, importa lembrar que o art. 459 prevê que o salário deve ser pago até o 5º dia útil do mês subsequente ao trabalhado:

**CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**

Art. 459 - O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a 1 (um) mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.

§ 1º Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido. [...].

## Assim, entende-se que a conduta da reclamada em deixar de quitar o salário da autora até o 5º dia útil do mês viola a legislação trabalhista e consequentemente os direitos da trabalhadora.

Nesse sentido, o C. TST tem entendido que a conduta da empregadora de atrasar salários é tida como ato ilícito que gera dano moral in re ipsa. Veja-se:

RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. DANO EXTRAPATRIMONIAL. ATRASO REITERADO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS. ATO ILÍCITO. DANO À PERSONALIDADE. "DAMNUM IN RE IPSA" . **A jurisprudência pacífica desta Corte Superior é firme no sentido de que o reiterado atraso no pagamento dos salários gera dano moral in re ipsa ao empregado**. Pela leitura do acórdão recorrido é possível aferir que havia atraso reiterado no pagamento dos salários do obreiro. No entanto, o Colegiado Regional entendeu não ter ficado demonstrado que o inadimplemento salarial resultou em efetivo dano moral. Dessa forma, deve ser reformada a decisão do Tribunal Regional, para condenar as reclamadas ao pagamento de dano moral pela mora contumaz no pagamento dos salários ao reclamante . Recurso de revista conhecido por violação do artigo 5º, X, da Constituição da Republica, e provido. (TST - RR: 01008657720175010003, Relator.: Alexandre De Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 25/10/2022, 8ª Turma, Data de Publicação: 03/11/2022)

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - ATRASO NO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO . DANO IN RE IPSA. Não merece provimento o agravo no que concerne ao tema impugnado, pois não desconstitui os fundamentos da decisão monocrática , pela qual foi denegado seguimento ao agravo de instrumento, com fundamento na Súmula 333 do TST, baseando-se no entendimento consubstanciado nesta Corte, de que o reiterado ato ilícito praticado pela reclamada - atraso no pagamento dos salários - acarreta dano moral in re ipsa , que dispensa comprovação da existência e da extensão, sendo presumível em razão do fato danoso - não recebimento dos salários na época certa. **Dessa forma, não se cogita da necessidade de a reclamante comprovar que o pagamento dos seus salários com atraso teria acarretado prejuízo psicológico e íntimo ou afetado sua imagem e honra.** Agravo desprovido . (TST - Ag: 203629020195040205, Relator.: Jose Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 23/02/2022, 2ª Turma, Data de Publicação: 25/02/2022)

RECURSO DE REVISTA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS. O Tribunal Regional registrou que a Reclamada deixou de efetuar o pagamento de quatro meses de salários **. A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento no sentido de que o atraso reiterado no pagamento dos salários causa ao empregado situações constrangedoras, sofrimento e angústia e ainda prejudica o seu sustento e o de sua família. O ato ilícito praticado pela reclamada acarreta dano moral in re ipsa , dispensando a comprovação, sendo presumível o fato danoso.** Precedentes. Recurso de Revista de que se conhece em parte e a que se dá provimento. (TST - RR: 1014649320165010021, Relator.: Joao Batista Brito Pereira, Data de Julgamento: 16/12/2020, 8ª Turma, Data de Publicação: 22/01/2021)

Assim, ante ao dano moral evidenciado pela conduta da reclamada em atrasar os salários da reclamante, requer sua condenação ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), frente a gravidade do ato ilícito perpetuado.

**3.7. Verbas Rescisórias:** Conforme outrora asseverado, o reclamante trabalhou para a reclamada entre com carteira assinada. Quando foi dispensado sem justa causa, recebeu somente R$ 200,00 (duzentos reais) à título de verbas rescisórias.

Nunca gozou das férias nem recebeu o valor devido com o terço constitucional. Não teve contribuições sociais recolhidas. Não recebia 13º salário. Não teve FGTS recolhido.

Como visto pelo vídeo juntado aos autos, a reclamada procedeu com a dispensa sem justa causa e abriu mão do aviso prévio trabalhado.

Ante o exposto, requer a condenação da reclamada ao pagamento de saldo de salário, aviso prévio, 13º salário, férias + 1/3 e FGTS + 40%, ou seja, às verbas rescisórias relacionadas ao período clandestino de trabalho.

## 3.8. Seguro-desemprego: A reclamante foi contratada no dia 22/01/2024, sem CTPS assinada, para exercer a função de auxiliar de cozinha pelo salário de R$ 800,00 (oitocentos reais).

O rompimento do contrato de trabalho ocorreu por dispensa sem justa causa, no dia 15/06/2025. De acordo com a Lei 7.998/90 e suas posteriores alterações, o Reclamante tem direito a 5 parcelas de seguro desemprego, o que agora se requer, bem como sua liberação por alvará.

**3.9. Multa do Artigo 477 da CLT:** Tendo em vista que a empregadora não efetuou o pagamento das verbas rescisórias no prazo legal, caberá ao reclamante receber do reclamado o equivalente a 1 (um) salário a título de multa, o que ora se requer.

**3.10. Multa do Artigo 467 da CLT:** a reclamada é obrigada a pagar à reclamante, à data do comparecimento à Justiça do Trabalho, a parte incontroversa das verbas devidas, sob pena de pagá-las acrescidas de cinquenta por cento, o que ora se requer.

## 

## 3.11. Honorários advocatícios: Com a procedência dos pedidos da presente reclamação, a reclamante requer a condenação da empresa reclamada ao pagamento dos honorários da procuradora do Reclamante, na razão de 15% sobre o valor bruto da condenação, nos termos do Art. 791-A, da CLT.

**4. INDICAÇÃO DE VALOR:**

Após a Reforma Trabalhista o Art. 840 da CLT determina que:

**CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**

Art. 840. A reclamação poderá ser escrita ou verbal.

§ 1º. Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.

Ou seja, a lei não refere expressamente a necessidade de liquidação dos valores iniciais, mas unicamente a indicação de seu valor. Nesta linha, recentes decisões declaram que:

Indicação do Valor (...)

Não obstante a ré apontar falta de liquidez no pedido, entendo que a interpretação correta do art. 840, citado, com a atual redação, conduz a que não se exija a liquidação do pedido, mas, sim, a definição (indicação) do valor do pedido globalmente considerado, correspondente ao valor da causa tradicionalmente utilizado.

Com efeito, liquidação do pedido e "*indicação do valor do pedido*" são coisas diversas. Na liquidação, a primeira necessidade que surge é o de observar o contraditório amplo, dado que exige a utilização de critérios de cálculos, o que necessariamente demandará e agregará mais tempo ao processo, tornando-o moroso, em prejuízo evidente à cláusula constitucional da razoável duração do processo e da celeridade que caracteriza o processo do trabalho. A mera *indicação* do valor não causa esse dano no tempo do processo, nem dificulta o acesso à jurisdição, posto que não exige a utilização de critérios, fórmulas e diretrizes de cálculos a exigir o contraditório. Depois, a liquidação, repise-se, requer a demonstração dos critérios, fórmulas e diretrizes de cálculo utilizados na definição de cada item do pedido, provocando, uma vez mais, o contraditório, com a mesma repercussão no tempo do processo, como já enfatizado. Já a *indicação* do valor prescinde de tal demonstração, em obséquio ao amplo acesso à jurisdição.

Não sendo assim, a via de acesso ao Judiciário restará diminuída, restrita, dificultando o ingresso ao ambiente jurisdicional - um inequívoco propósito da reforma: a extinção da JT por inanição, como, aliás, já é possível perceber -, pois que existem inúmeras causas em que não há como liquidar o pedido, somente possível com documentos que se encontram na posse da empresa. Isto, decerto, foge à razoabilidade, especialmente se tratando de direito fundamental, pelo que colide frontalmente com a Constituição Federal em relação aos princípios do amplo acesso à Justiça e da inafastabilidade da jurisdição.

Observo, por outro lado, que, mesmo no âmbito do processo civil, a jurisprudência do c. STJ, enfrentando o tema, tem cada vez mais flexibilizado a regra da certeza, determinação e liquidez do pedido - e não a mera indicação - para admitir petições sem esses elementos "*na impossibilidade imediata de mensuração do 'quantum debeatur'*, nas causas de *"conteúdo econômico ilíquido e de difícil apuração prévia"* (STJ, 2ª Turma, AgRg no REsp 825.994/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, julgado em 02/03/2010, DJe 16/03/2010). No mesmo sentido, admite-se o pedido ilíquido nas causas cuja complexidade dificulta a sua liquidação, caso em que "*o valor da causa pode ser estimado pelo autor, em quantia simbólica e provisória, passível de posterior adequação ao valor apurado pela sentença ou no procedimento de liquidaçã*o*"* (STJ, 1ª Turma, AgRg no REsp 906.713/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, julgado em 23/06/2009, DJe 06/08/2009). Logo, ainda que admitida a constitucionalidade da regra - por não dificultar o acesso à Justiça, por não afastar a jurisdição, por não retardar o processo -, ela não é absoluta, priorizando a lei processual civil - e sua jurisprudência - o acesso amplo à jurisdição nas hipóteses do §1º do art. 324 do CPC.(...).[[1]](#footnote-0)

Assim, não havendo como mensurar com exatidão os valores, **indicam-se** na inicial os valores correspondentes aos pedidos como demonstra na tabela de cálculos em anexo.

De certo que os valores exatos serão exibidos após liquidação em juízo dos pedidos deferidos pelo Nobre Julgador.

**5. DOS PEDIDOS:**

Ante o exposto, o reclamante requer a Vossa Excelência que **julgue PROCEDENTE** a presente reclamatória com o reconhecimento do vínculo havido, com a condenação da reclamada à/ao:

1. Anotação da CTPS da trabalhadora para que conste o real vínculo de emprego ocorrido entre 11/10/2023 a 15/06/2025;
2. Pagamento das diferenças havidas entre o valor do salário-mínimo vigente ao longo do contrato de trabalho e o valor pago pela reclamada, que somam o total de R$ ;
3. Pagamento das horas extras prestadas, com adicional de 50%, com reflexos sobre repouso semanal remunerado (Súmula TST 172), aviso prévio, 13º salários, férias acrescidas de 1/3, décimo terceiro salário, multa 40% sobre o FGTS, no importe de **R$ ;**
4. Pagamento, por dia, com acréscimo de 50%, relativo ao intervalo para repouso ou alimentação, não gozado, bem como a integração em: aviso prévio, férias vencidas e proporcionais, 13º salário, descanso semanal remunerado, feriados e os reflexos de tais incidências para os depósitos do FGTS+40%, no valor de ;
5. Pagamento em dobro dos feriados trabalhados (listados no tópico devido), com os devidos reflexos, somando R$
6. Indenização por danos morais, em razão de atraso no pagamento de salários, no montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais);
7. Pagamento das Verbas rescisórias:

* Saldo de salário (x dias) no valor de **R$**
* Aviso prévio (x dias) no valor de **R$**
* Férias 2023/2024 + ⅓, no valor de R$
* Férias proporcionais (X/12), no valor de **R$**
* 13º salário de todo o contrato de trabalho, no valor de **R$**
* FGTS não recolhido ao longo do contrato de trabalho + multa de 40%, no valor total de **R$**

1. Expedição de alvará para saque FGTS, caso não seja indenizado;
2. Expedição de alvará para habilitação no seguro-desemprego;
3. Aplicação da multa do art. 467, da CLT, no valor de R$;
4. Aplicação da multa do art. 477, da CLT, sobre as verbas incontroversas, no valor de R$;
5. Condenação ao pagamento dos honorários da procuradora da Reclamante na razão de 15% sobre o valor bruto da condenação, nos termos do Art. 791-A, da CLT, no importe de R$ ;

Acerca dos créditos trabalhistas deferidos, deverão ser liquidados incidindo juros e correção monetária, na forma da lei, sem limitar aos valores indicativos da tabela, como autoriza o art. 840, da CLT.

Requer-se ainda a concessão os benefícios da Justiça Gratuita na forma do art. 98 do CPC, norma mais favorável, fulcro princípios da isonomia e da proteção do trabalhador, restando o reclamante dispensado de recolher custas processuais, depósitos recursais/preparo, honorários periciais, bem assim os honorários de sucumbência, caso haja.

Pugna-se que, após o trânsito em julgado da decisão condenatória em favor da reclamante, seja dado início imediato à execução (Art. 878, da CLT), devendo-se usar todas as ferramentas disponíveis ao poder judiciário.

Requer a **NOTIFICAÇÃO** dos reclamados para contestar os pedidos acima elencados, sob pena de ter como verdadeiro tudo aqui exposto.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos no Direito, em especial o depoimento pessoal e a testemunhal, sem prejuízo de qualquer outra que se faça necessário.

Dá-se à causa, **apenas para os efeitos de alçada,** o valor de R$

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Goianinha/RN, 10 de julho de 2025.

**TAMMY TORQUATO F. S. DE SOUSA           ANA WALLESKA F. DE SOUSA**

**OAB/RN 8340                                                        OAB/RN 8739**

1. Julgamento RT nº 0001558-92.2017.5.21.0004. (09/04/2018. 4ª VT Natal/RN). [↑](#footnote-ref-0)